

FHC

Um piano de cauda para o presidente

CÂNDIDO MENDES*

Podemos nos orgulhar de ter à frente do governo um dos primeiros estadistas mundiais. O articulador, o artista do consenso, mas sobretudo o homem de pensamento, vindo de uma das pouquíssimas visões globais da mudança nesse século, como o sociólogo consagrado da teoria da dependência clássica nas relações entre os países ricos e o velho Terceiro Mundo. Bill Clinton é o primeiro a reconhecê-lo. Nas Europas, sem Felipe González ou François Mitterrand, é de todos os lados que se louva o governante susceptível, nesse fim de milênio, de realizar a imagem de rei filósofo. E por isso mesmo não descarta FH — como no texto que publicou o JORNAL DO BRASIL — de explicar, na larga introdução do relatório feito à ONU, o que entende por desenvolvimento humano, em meios desta década. Não hesita em resgatar o conceito mais exausto de nosso tempo, entortado na boca de ditadores, de países esquarterados pela guerra civil ou pelas preocupações com a “eficiência de uma prosperidade narcisística” e individualista, como denunciou o presidente. O texto tem amplidão sinfônica para exprimir os fins de um governo democrático. Mas pede a envergadura dos pianos de cauda que façam ressoar a melodia, a troco do que se omite e escamoteie, como as metas ou valores do seu mandato. Sem, por uma vez, falar em “socialdemocracia”, FH se compromete com o *welfare state*, como necessidade “incontornável” do nosso tempo. Descarta a lógica do mercado, e recorre às teclas de um sinuoso instrumento, para contornar os objetivos gritantes do dito “desenvolvimento humano”, para poupar-se as urgências dos conflitos entre a marginalização coletiva e as rédeas soltas que concedeu ao modelo tucano — pefelista de poder. Guardamos todos a frase — mote do governo FH — no desfecho kennediano da posse no Planalto: acima de tudo, o Brasil é um país essencialmente injusto. Vem-nos agora o presidente, a meio caminho do mandato, com todo o capricho de uma escala de *sfumattos*, declinar, como objetivos da tarefa magna, a suíte da igualdade e da prosperidade dos súdi-

tos e, no lugar do grito primal pela justiça — sem adjetivos —, a justiça social, “expressão gasta”, a que adiciona, numa conveniência difusa e emoliente, a “demanda por equidade”. Sugere-a e nunca a define. Eis-nos diante de nova palavra-chave para metas gasosas, se bem que não menos envolventes do discurso presidencial. Diluir é o verbo mais repetido no discurso da maturidade do governo, piano alongado, bemóis elasticados. Vão-se os dedos, fiquem-se os anéis. Reconhecer a ação do Estado como a sua empunhadura? Sem nenhum esconde-esconde, tal como mostra a totalidade das nações de mesmo talhe hoje, do processo de mudança brasileira?

FH nos dá a própria utopia de como se humanizará o nosso crescimento — “no sentido mais forte da palavra”. Acredita na virtude operativa da cidadania, por obra e agência de seu próprio borbulhar. Resultará da “multiplicação das ONGs, do trabalho dos movimentos sociais, da renovação do sentido da representação política”, num mundo em que os nossos rumos serão o fruto de uma composição de “decisões incontáveis, fragmentárias, privadas e públicas, nacionais e transnacionais”. O que não se sabe é como esta cidadania errática se pode afirmar por geração espontânea, tanto quanto as forças que fazem a história só se reconhecem como articulações, e no caso da cidadania, pela ação, contra ou em função do Estado, o grande ausente na pavana que consagra FH ao “crescimento humanizado”. Uma sociedade não se afirma tanto quanto, apenas, se acentue o miasma criativo de todos os movimentos em confronto, numa espécie de “virtude organizativa” da antiga causalidade medieval. Faz-se, sim, dos conflitos assumidos e da consciência que se impõe a essas tensões e ao jogo cego das instituições. O clamor pela cidadania é inseparável da cobrança ao governo do que fará o Estado diante das urgências pedidas pelo desenvolvimento social — que não se consolam ou se aplacam pelo refrigerio da equidade. Se, de fato, ainda se quer a justiça, sem a meia-sola ou a prótese desta dita equidade, FH não nos pode esconder o estado de quase emergência social

em que nos encontramos tão mais grave do que os velhos “estados de sítio” aposentados pelo justo orgulho da nossa plenitude democrática.

Na fuga à frente dos perigos e das esperanças inéditas, FH nos engolfa nos temores da globalização. Nesta escala, afinal, este dito e apregoado “desenvolvimento humano” não tem solução se não rimar com a defesa da nação e do “povo”, sem os quais é vão todo refino do indivíduo em pessoa. A galáxia dos novos mercados não dilui, neste passo, o que trazemos de tão nosso quanto a nossa liberdade, como a experiência nacional de uma memória, de um chão histórico, ou do Estado que construímos. O núcleo estratégico do aparelho público é hoje tão importante quanto o território para a doutrina moderna da soberania. O governo, hoje, aceita o surrúpio, à socapa, de tal núcleo, pelas políticas de privatização, deixadas ao serrote secreto das tecnocracias e não à palavra final do Congresso. Projeto como, agora, o do PT, de submeter ao Legislativo a privatização da Vale do Rio Doce, não responde à exigência de um partido, mas ao reclamo, justamente, daquelas cautelas de melhoria democrática que prega o presidente, no tempo da inédita convivência global. A sinfonia de FH alonga-se sem que se ouça a definição das políticas quanto à ação do Estado, ou à sua guarda como uma “reserva estratégica” de iniciativa econômica e política; sem que se diga como o ganho econômico adquire sentido social; ou o desenvolvimento chega à justiça mesmo, sem os pedais de abafo, ou as lâdas teclas, ou os sustentidos da equidade. Diluição é o verbo natural em que FH vê o nosso futuro, nos superconglomerados dos mercados cósmicos. Nesta perspectiva em que nos desarmamos da nação e da socialdemocracia, não podemos aspirar senão à vaga anônima no dormitório planetário a que nos leve a globalização, seus medos, inteiros e suas meias dialéticas.

* Secretário-geral da Comissão Brasileira Justiça e Paz, presidente do Conselho Superior de Ciências Sociais-Unesco, e membro da Academia Brasileira de Letras.